



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO: Comitê de Gestão Documental e Memória da Justiça do Trabalho - CGDMJT

NORMATIVO DE CRIAÇÃO: [RESOLUÇÃO Nº 322, de 11 de fevereiro de 2022](#)

Reunião do CGDMJT de 2022

Local	Data	Hora	Sequência
Videoconferência via Google meet	2/6/2022	14h30min - 16h	1ª Reunião de 2022

PAUTA DA REUNIÃO

1. **Recomposição do quadro de pessoal de Gestão Documental e Memória da Justiça do Trabalho;**

2. **Criação do Comitê de Gestão Documental e Memória da Justiça do Trabalho - CGDoc-JT;**

3. **Projeto de criação do Repositório Arquivístico Digital Confiável- RDC-Arq para Justiça do Trabalho;**

4. **Curso RDC-Arq - Repositório Arquivístico Digital Confiável Archivematica e AtoM;**

5. **Outros assuntos.**

5.1 Módulo de Gestão Documental no PJe;

5.2 Novo indicador para a Gestão Documental - Índice de Divulgação de Memória Institucional - IDMI;

5.3 Comissões de Gestão Documental e Memória;

5.4 Substituição do Coordenador da CDOCM/CSJT e do CGDoc-JT;

5.5 Compra nacional de arquivos deslizantes;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

5.6 Análise da minuta de resolução que estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário.

O Coordenador do Comitê de Gestão Documental e Memória da Justiça do Trabalho - CGDoc-JT, Reginaldo Matos, iniciou a reunião às 14h e 30min e, após cumprimentar os membros do Colegiado, deu início ao debate dos temas do encontro.

ATA DA REUNIÃO

1. Recomposição do quadro de pessoal de Gestão Documental e Memória da Justiça do Trabalho.

O coordenador do CGDMJT afirmou que o quantitativo de pessoal capacitado nas áreas de gestão documental e memória da Justiça do Trabalho é insuficiente. Foi dito que o quantitativo de arquivistas(14), bibliotecários(48) e historiadores (3) está muito abaixo do ideal. A Coordenadoria de Gestão Documental e Memória CDOCM/CSJT reforçou esses dados com o Ministro Maurício Godinho Delgado, Coordenador do Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho (CGMNac-JT), e essa informação será repassada ao Ex.mo Sr. Ministro Presidente do CSJT com objetivo de envio de recomendação aos TRTs para que nos próximos concursos sejam incluídos os cargos citados.

Thiago Sousa (CSJT) afirmou que o CSJT incluiu o compartilhamento do software DSpace no Portfólio de Iniciativas Nacionais. Essa solução só poderia ser compartilhada com os TRTs se o órgão tiver ao menos um bibliotecário para parametrizá-la. Esse pedido do CSJT reforça a necessidade desses profissionais capacitados na área de documentação.

Justina Golçalves (TRT - 22) reforçou a preocupação com as bibliotecas digitais nos TRTs e ressaltou a necessidade dos profissionais das áreas de gestão documental na Justiça do Trabalho.

2. Criação do Comitê de Gestão Documental e Memória da Justiça do Trabalho - CGDMJT

O coordenador do Comitê informou que o Comitê de Gestão Documental e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Memória da Justiça do Trabalho - CGDMJT substituiu o Grupo de Trabalho de Gestão Documental - GT-GED. Foi dito que o novo colegiado pode se reunir presencialmente ou por meio virtual conforme a necessidade.

Reginaldo Matos reforçou que o Comitê é constituído por titulares e suplentes e os dois grupos possuem a mesma força dentro do colegiado.

3. Projeto Repositório Arquivístico Digital confiável- RDC-Arq para Justiça do Trabalho.

O Coordenador do Comitê atualizou o andamento do projeto de criação do Repositório Arquivístico Digital confiável- RDC-Arq para Justiça do Trabalho. Foi dito que a iniciativa do TRT da 4ª Região em parceria com o IBICT é monitorada pelo CSJT e trará resultados para toda a Justiça do Trabalho. Esse projeto nacional está "caminhando" e procedimentos internos no CSJT estão sendo realizados para o bom andamento da iniciativa.

Paralelamente ao projeto do TRT-4 o TST solicitou a instalação dessa ferramenta tecnológica não só para atender as necessidades internas, mas também servir como multiplicador para outros TRTs.

Cristina Pera perguntou sobre a previsão de entrega do projeto e Reginaldo Matos informou que será de 24 meses após aprovado pelo CSJT. Foi dito que o projeto inclui o barramento (Hipátia) que conectará o RDC-Arq ao PJe.

4. Curso RDC-Arq - Repositório Arquivístico Digital Confiável Archivemática e AtoM

Reginaldo Matos informou que será disponibilizado pelo CSJT o curso RDC-Arq - Repositório Arquivístico Digital Confiável Archivemática e AtoM. A previsão de disponibilização dessa iniciativa é para o segundo semestre de 2022.

5. Outros assuntos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

5.1 - Módulo de Gestão Documental no PJe

Joana Correa (TRT-10) perguntou sobre o desenvolvimento do módulo de gestão documental no PJe da Justiça do Trabalho.

Reginaldo Matos afirmou que o índice de classificação de documentos no PJe não será analisado, pois ainda não foi criado o módulo de Gestão Documental dentro do sistema. O índice foi sugerido pela CDOCM para motivar a criação do módulo, o qual é necessário para a otimização da gestão documental, conforme reforça o CNJ na Resolução nº 324/2020.

O coordenador do Comitê disse que o TJDFT já criou o módulo de gestão documental e está em fase final de implantação. O atual estágio do projeto deste Tribunal é a **experimentação** e ao final dessa etapa será compartilhado o código fonte com o CNJ. O próximo passo previsto será o compartilhamento com os outros Tribunais do Poder Judiciário para que seja feita a parametrização.

5.2 Novo indicador para a gestão documental - Índice de Divulgação de Memória Institucional - IDMI

Reginaldo Matos informou que, devido a imprevisibilidade de disponibilização do módulo de gestão documental, a CDOCM/CSJT sugeriu um novo indicador para a gestão documental e memória. O Índice de Divulgação de Memória Institucional - IDMI foi proposto para ser apurado nos anos de 2022 a 2026. Foi reforçado que o indicador anterior não foi dispensado e somente ficará suspenso até a criação do módulo de gestão documental no PJe.

Thiago Sousa apresentou os itens que serão avaliados no IDMI. Foi dito que, no ano de 2022, o objetivo é de que sejam coletados dados para criar uma linha base e que para os próximos anos sejam determinados os percentuais que deverão ser atendidos até completar os 100% da proposta da CDOCM.

5.3 Comissões de Gestão Documental e Memória

Joana Silva, Justina Gonçalves e Maria Aparecida Cunha trouxeram preocupações com relação à criação de uma comissão de Gestão Documental e outra para a Memória. Foi dito que a Resolução CSJT nº 325, de 11/2/2022, trouxe uma série de limitações para a criação de várias comissões que tratam de assuntos similares. A senhora Maria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Cunha informou que a solução encontrada foi criar o Comitê de Documentação e Memória - CDoM e dois subcomitês (CPADoc e o segundo ligado à memória) com divisões dos temas. Foi dito que essa proposta será enviada para a Administração superior do TRT- 3.

Thiago Sousa afirmou que a diminuição dos comitês exigidos na Resolução citada também é estudada no CSJT. Na CDOCM é observada uma dificuldade, pois o CGMNac-JT e o CGDMJT têm atribuições muito parecidas e que não se pode colocar um comitê ligado ao outro devido o CGDMJT ser mais operacional e o CGMNac-JT ser relacionado a políticas de gestão. A solução encontrada foi a criação de subcomitês, proposta parecida à sugerida por Maria Cunha. Foi reforçada a orientação que Reginaldo obteve do CNJ para a criação de dois colegiados para tratar de assuntos diferentes, mesmo que esses grupos tenham os mesmos membros. Foi reforçado ainda que o CSJT em princípio não diminuiria pontos no IDMI se o TRT não tiver as comissões separadas, bastando ter as atribuições incluídas num comitê mais amplo ou um subcomitê.

Maria Aparecida solicitou que Reginaldo consulte o CNJ para verificar se a criação de subcomitês atenderá aos diversos normativos do CNJ e CSJT.

Reginaldo informou que consultará o PRONAME sobre esse tema, mas acredita que a solução será a criação de subcomitês que tratarão especificamente de cada tema nas suas reuniões separadas.

5.4 Substituição do Coordenador da CDOCM/CSJT e do CGDMJT

Reginaldo Matos informou que a CDOCM/CSJT terá um novo coordenador. Villermundo Ribeiro dos Santos assumirá as atribuições de Gestão Documental e Memória do CSJT. Hoje o novo Coordenador não pôde participar da reunião, pois estava tomando posse junto a Secretaria-Geral do CSJT, mas que logo ele se reunirá com o CGDMJT para se apresentar como novo coordenador deste colegiado.

5.5 Compra nacional de arquivos deslizantes



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A Secretária-Geral do CSJT determinou na reunião do Plano de Distribuição de Recursos para Ações Prioritárias - PDRAP que as compras dos arquivos deslizantes serão realizadas de forma nacional. Devido a isso, todos os itens relacionados à compra de estantes foram excluídos do repasse de recursos do CSJT.

Nos próximos meses será feito um levantamento das necessidades das estantes e arquivos deslizantes. Será criado um documento indicando as necessidades dos órgãos da Justiça do Trabalho com relação a essa compra e depois será enviado ao setor de contratações do CSJT para que sejam tomadas as medidas necessárias para a contratação.

5.6 Análise da minuta de resolução que estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário

Cristina Pera pediu que o Comitê analisasse a minuta de resolução. O link da minuta da Resolução foi incluído no grupo de Whatsapp e Eduardo Rocha sugeriu que a discussão do tema fosse feita na própria ferramenta, pois o prazo de análise é até dia 21/6/2022.

O Reginaldo Matos solicitou que as considerações sejam enviadas até dia 15/6/2022 e que no dia 17/6/2022 poderá ser realizada uma nova reunião do CGDMJT, caso o novo coordenador ache necessário.

Participaram da reunião

Reginaldo Pereira de Matos - Coordenador do CGDoc-JT (CSJT/TST)

Ana Lúcia da Silva do Carmo - TRT da 3ª Região

Eduardo dos Santos Rocha - TRT da 2ª Região

Emerson Carlos da Silva - TRT da 21ª Região

Joana Angélica Correia da Silva - TRT da 10ª Região

João Roberto Oliveira Nunes. TRT da 1ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Justina Maria de Sousa Soares Gonçalves - TRT da 22^a Região

Maria Aparecida Carvalhais Cunha - TRT da 3^a Região

Mauricio Oliveira Agliardi - - TRT da 4^a Região

Raimunda Brito Pedraça - TRT da 14^a Região

Thais Martins Lepesteur - TRT da 15^a Região

Thiago Mota Sousa - CSJT